



Estratégia
OAB

2º SIMULADO
2ª FASE DA OAB
XXVIII
EXAME DE ORDEM

DIREITO TRIBUTÁRIO

PROF. RODRIGO MARTINS



DIREITO TRIBUTÁRIO

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXVIII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo - conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estrategiaoab no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



[instagram.com/professorrodrigomartins](https://www.instagram.com/professorrodrigomartins)

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase em do XXVIII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você dar o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *Whatsapp* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

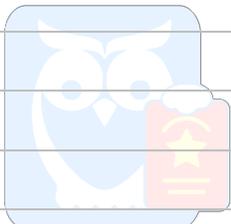
O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

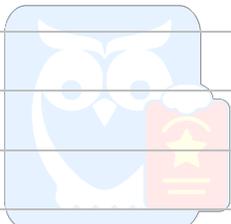
PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

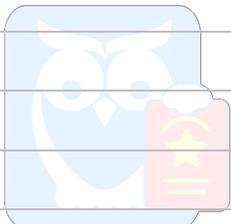
Mévio foi demitido da pessoa jurídica ABC Ltda. após alguns desentendimentos com o seu novo chefe. Ocorre que essa demissão ocorreu de forma humilhante, diante de todos os outros empregados. Inconformado, Mévio ajuizou medida judicial visando a condenação da empresa ao pagamento de danos morais. Sobreveio sentença de mérito dando provimento ao pedido de Mévio e condenando a pessoa jurídica, assim, ao pagamento de valores a título de danos morais. A sentença transitou em julgado e os valores referentes à condenação foram pagos a Mévio em 2014. Ocorre que Mévio não declarou esse valor recebido como renda tributável em sua declaração anual do Imposto de Renda. Por isso foi autuado pela Receita Federal, que lhe cobrou o Imposto sobre a Renda não declarada e multa por falta de declaração de rendimento tributável. Por não concordar com essa medida fiscal Mévio ingressou com Ação Anulatória de Débito Fiscal, por meio da qual está postulando o cancelamento do AIIM referente ao Imposto sobre a Renda e a multa. Considerando a iminente inscrição desse débito em dívida ativa e a consequente propositura de Execução Fiscal, a referida ação foi distribuída com pedido de Tutela Provisória Antecipada de Urgência, com vistas à suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Ocorre que esse pedido de tutela antecipada foi negado em decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz, sobre o fundamento de que não estão presentes os pressupostos autorizadores de sua concessão. Não há, na decisão proferida, qualquer omissão, obscuridade ou contradição. Na qualidade de advogado(a) de Mévio, redija a peça recursal adequada para evitar a iminente propositura da Execução Fiscal (Valor: 5,00).

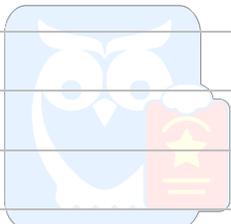
Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão do cliente, sendo certo que a publicação da decisão mencionada se deu três dias atrás.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	Estratégia
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	Estratégia
47	OAB
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	 Estratégia
76	
77	OAB
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	Estratégia
107	OAB
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	Estratégia
137	OAB
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

A pessoa jurídica Delta Ltda. atua no ramo de fabricação e comercialização de móveis para escritório. Possui um estabelecimento onde exerce a atividade de fabricação e diversos estabelecimentos destinados à comercialização das mercadorias que fabrica. Em razão de uma reestruturação empresarial houve por bem vender um de seus estabelecimentos voltados ao comércio varejista para a pessoa jurídica Zeta Ltda. A pessoa jurídica Delta continuou exercendo a atividade de fabricação e comercialização de móveis para escritório, mantendo os demais estabelecimentos dirigidos ao comércio. Ocorre que a pessoa jurídica Zeta Ltda. foi recentemente surpreendida com a citação em Execução Fiscal ajuizada exclusivamente contra ela, objetivando a cobrança de débitos de ICMS referentes ao estabelecimento por ela adquirido da pessoa jurídica Delta Ltda., relativos à períodos anteriores à aquisição.

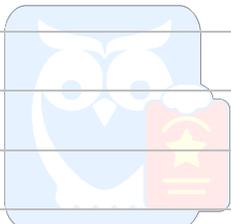
Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

- A) A pessoa jurídica Zeta Ltda. é exclusivamente responsável pelos débitos de ICMS relativos ao estabelecimento adquirido? Fundamente.
- B) A pessoa jurídica Zeta Ltda. poderá oferecer fiança bancária para garantir a execução?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	Estratégia
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Petrônio faleceu no Município X, localizado no Estado Y, onde era domiciliado. Deixou aos seus sucessores os seguintes bens: i) um imóvel situado no Estado Z; ii) um automóvel licenciado no Município X; e iii) valores depositados em uma conta bancária mantida junto à agência situada no local onde era domiciliado. O inventário de Petrônio tramitou perante a competente vara da Comarca X, correspondente ao referido Município X.

Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

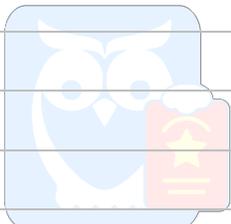
- A) Qual Estado da Federação será competente para cobrar o ITCMD relativamente ao bem imóvel? Fundamente.
- B) Qual Estado da Federação será competente para cobrar o ITCMD relativamente ao automóvel? Fundamente.
- C) Qual Estado da Federação será competente para cobrar o ITCMD relativamente ao saldo existente na conta bancária? Fundamente.

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal *não confere pontuação*.



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	Estratégia
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

A pessoa jurídica Sigma atua, exclusivamente, na fabricação e venda de máquinas e utensílios para cozinha industrial. Objetivando aumentar a capacidade produtiva da empresa nos próximos anos, um de seus sócios transferiu um terreno particular, que estava em seu próprio nome (da pessoa física), para essa pessoa jurídica, em operação de integralização de capital, com o objetivo de fazer construir, no futuro, mais uma fábrica da mesma empresa. Ocorre que a pessoa jurídica Sigma foi surpreendida com o recebimento de um lançamento de ITBI incidente sobre essa operação de transmissão da propriedade. Paralelamente, também recebeu o lançamento do IPTU progressivo no tempo, incidente sobre imóveis não edificados, localizados no perímetro urbano do Município, relativamente ao terreno que não está sendo efetivamente utilizado. O Município não possui Plano Diretor e nem lei específica disciplinadora da utilização da propriedade urbana.

Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

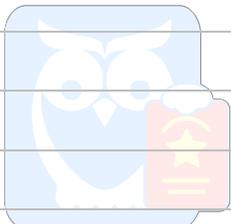
- A) Há incidência do ITBI na operação em questão? Fundamente.
- B) O Município pode cobrar o IPTU progressivo no tempo? Fundamente.

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	Estratégia
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

A pessoa jurídica Lambda Ltda. teve mercadorias de sua propriedade apreendidas por agentes fiscais do Estado X, sob a alegação de que o ICMS destacado nas notas fiscais era inferior ao legalmente devido. Após a conclusão do procedimento fiscal e da consequente lavratura do AIIM a empresa pediu a liberação das mercadorias, o que foi negado pelos agentes fiscais, que condicionaram a liberação ao pagamento do valor exigido no referido AIIM. Toda a prova necessária à demonstração dos fatos é documental e a negativa de devolução das mercadorias ocorreu há 2 (dois) dias.

Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

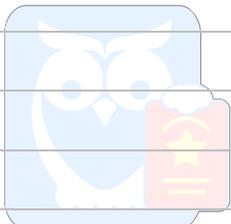
- A) A retenção da mercadoria encontra fundamento legal? Fundamente.
- B) Qual a medida judicial à disposição da pessoa jurídica Lambda Ltda. para obter a imediata liberação da mercadoria? Fundamente.

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	Estratégia
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	